

CÂMARA DE MARIANA QUESTIONA A EMPRESA TRANSCOTTA



Em reunião realizada no dia 9 de maio, antes da reunião ordinária, os vereadores cobraram explicações da empresa Transcotta sobre a falta de ônibus que atende os distritos de Bandeirantes e Padre Viegas. A reunião partiu de uma solicitação do vereador Juliano Duarte (PPS), que apresentou o requerimento nº 53 convocando o Departamento Municipal de Trânsito, a Secretaria de Defesa Social e convidando a empresa Transcotta para esclarecer a falta de ônibus que atende os dois distritos.

De acordo com o vereador, os passageiros não podem embarcar nos ônibus quando o veículo atinge o limite da capacidade de lotação, o correspondente a cinco pessoas em pé, de acordo com Decreto Municipal nº 6.839/2013, que regulamenta lotação de pessoas em transporte coletivo urbano.

Durante a reunião, o consultor do Grupo Transcotta, Carlos Mendes, propôs o aumento do percentual estabelecido no Decreto para passageiros em pé de 10% para 20% para solucionar o problema de imediato e, em seguida, que sejam realizados estudos sobre o Índice de Passageiros por Quilômetros (IPK) para identificar a necessidade de acrescentar carros de reforço ou novas linhas. “Nós temos que ver a necessidade diária disso para fazer da melhor maneira possível”, propõe o consultor.

O secretário de Defesa Social, Braz Luiz de Azevedo, destaca que já houve algumas alterações por parte da empresa como a mudança de horário da linha Padre Viegas/Mariana, mantendo o horário de 6h com prioridade para os alunos e o que seria às 8h30 foi antecipado para às 7h30 com o objetivo de atender as pessoas que vão ao comércio ou em outro atendimento em horário administrativo.

O secretário assinala que está aguardando retorno do presidente da associação para ver se estas medidas foram suficientes e que analisará, junto à procuradoria, a mudança do Decreto “para atender da melhor maneira essas comunidades, tanto de Padre Viegas como de Bandeirantes”. Para o vereador Juliano, a empresa é a prestadora de serviço no município e tem que seguir as regras. Ele entende que a empresa deve prestar um serviço de qualidade, por ser um direito constitucional de ir e vir e proporcionar mais tranquilidade e conforto aos usuários. Juliano afirma que continuará cobrando e que não há necessidade de alteração do percentual. “Basta que a empresa atenda esse decreto e coloque linhas suplementares de acordo com os estudos que ela tem. Ela sabe uma média mensal de quantos passageiros existem e em quais dias há uma demanda maior”, afirma Juliano.

O presidente da Câmara, vereador Tenente Freitas (PHS), ressalta que a presença da empresa é importante para esclarecer a situação fazendo cumprir o papel de fiscalização por parte da Câmara. “Prontamente atendemos o requerimento, chamamos o departamento de trânsito e a empresa para chegar a um denominador comum e atender toda população que é o mais importante”, ressalta o presidente.